

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 23 n. 2
Julho/Dezembro 2013
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 2	p. 321-624	Jul/Dez 2013
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Sobre a transição socialista: avanços teóricos e os limites das experiências do chamado “socialismo real”

Luiz Eduardo Motta

RESUMO

O presente artigo pretende resgatar a contribuição da escola althusseriana e do maoísmo, especialmente a obra de Charles Bettelheim, sobre a problemática da transição socialista. Na primeira parte será tratada a questão do primado das relações de produção e das contradições no processo de transição a partir do enfoque de Althusser e de Mao Tsé-Tung; na segunda será analisada o enfoque de Bettelheim a essas questões na qual inclui as suas análises sobre os recuos ocorridos nas transições socialistas na União Soviética e na China, visto que essas formações sociais acabaram por constituir um capitalismo de Estado com a manutenção das relações de produção capitalista, e desse modo constituíram um desvio ao processo revolucionário que se iniciara nelas.

PALAVRAS-CHAVE

Transição.
Revolução.
Reprodução.

Recebido em 06/01/14.

Aprovado em 22/07/14.

Capital crisis: the intended hypocrisy era

This article seeks to rescue the contribution of Althusserian school and Maoism, especially the work of Charles Bettelheim, on the issue of socialist transition. The first part will address the question of the primacy of production relations and contradictions in the transition process from the viewpoint of Althusser and Mao Tse-Tung; the second will be analyzed Bettelheim's approach to these issues which includes in its analysis of the decreases occurred in socialist transitions in the Soviet Union and China, as these social formations eventually be a state capitalism with the maintenance of production relations capitalist, and thus constituted a deviation from the revolutionary process initiated them.

KEYWORDS Transition. Revolution. Reproduction.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 2	p. 419 - 441	Jul/Dez 2013
------------------------	----------------	-------	------	--------------	--------------

Introdução

Ao tratarmos da questão sobre as possibilidades do socialismo no século XXI, é difícil desvinculá-la das experiências socialistas das diversas formações sociais que as viveram ao longo do século XX, a partir da Revolução Russa de 1917. De fato, como observa Macio Bilharinho Neves (2005a), a teoria marxista encontrou nas análises realizadas pela escola althusseriana e de algumas correntes maoístas sobre a problemática da transição uma contribuição original, visto que essas análises romperam com os aspectos economicistas que vinham predominando em relação às pesquisas e as críticas a questão da transição. Para esta concepção economicista em que as forças produtivas tem o primado sobre as relações de produção (como “motor” dos processos sociais e históricos), o socialismo é definido, fundamentalmente, a partir de dois atos fundadores: por um lado, a estatização dos meios de produção por um Estado “operário”, por outro lado, a adoção do planejamento econômico.

A despeito da importância da obra de Trotsky¹ e de seus seguidores sobre as experiências socialistas, e de seus desvios, a sua análise é imprecisa ao definir a União Soviética como um “Estado proletário degenerado” caracterizado por uma forte burocracia controladora dos aparatos estatais. Ademais, sua ênfase às transformações das forças produtivas é marcadamente economicista, o que limita a capacidade analítica da transição soviética e das demais formações sociais que viveram a transição socialista. Contrariamente a isso, a escola althusseriana juntamente com a corrente maoísta europeia que bebeu nas fontes da obra de Althusser (Charles Bettelheim, Bernard Chavance, Alain Badiou, Bernard Fabrègues, Maria Turchetto, entre outros) enfatizou tanto o primado das relações de produção sobre as forças produtivas, como também o papel das massas em relação ao partido político revolucionário e aos aparatos estatais. Desse modo, entende-se que

1 Particularmente a sua obra *A revolução traída* de 1936.

as lutas de classes ainda permanecem no período de transição e, portanto, a importância vital e estratégica da constituição de novas relações sociais que sejam completamente opostas e antagônicas à reprodução das relações sociais de produção capitalista que permanecem durante a transição.

Essa influência althussero-maoísta marcou presença também no Brasil a exemplo dos trabalhos pioneiros de Escobar (1978), e dos vários artigos publicados na extinta revista *Teoria & Política* na década de 1980, na qual apresentou os trabalhos de Otto Alcides Ohlweiler, Basílio Miranda, além das traduções dos artigos de Bernard Chavance, Bernard Fabrègues, Nicos Poulantzas e Henri Weber; mais recentemente pode-se citar os trabalhos de Márcio Bilharinho Naves (2000; 2005a, 2005b) e os de Luciano Martorano (2002; 2011). Uma exceção que deve ser destacada dentro dessa temática são os trabalhos de Maurício Tragtenberg, haja vista que buscava outras fontes teóricas e políticas (Weber e o pensamento autonomista) em sua rica investigação sobre os processos de transição dos países chamados de “socialismo real”.

O presente artigo pretende resgatar essa contribuição da escola althusseriana, principalmente no que concerne a obra de Charles Bettelheim, pois certamente foi o intelectual que melhor articulou a perspectiva teórica althusseriana ao maoísmo. Na primeira parte tratarei da problemática do primado das relações de produção e das contradições no processo de transição a partir da ênfase de Althusser e de Mao Tsé-Tung acerca dessa problemática, além de me apoiar em outros autores identificados com essa perspectiva; na segunda abordarei o enfoque de Bettelheim a essas questões na qual incluí as suas análises sobre os recuos ocorridos nas transições socialistas na União Soviética e na China, visto que essas formações sociais acabaram por constituir um capitalismo de Estado com a manutenção das relações de produção capitalista, e desse modo constituíram um desvio ao processo revolucionário que se iniciara nelas.

O primado das relações de produção e a luta de classes na fase de transição

A problemática da transição, com efeito, foi pouco desenvolvida por Marx (como também por Engels) devido à limitação que se deparava a um fenômeno do qual ele teve pouco conhecimento, haja vista que a única experiência em vida presenciada por ele foi a Comuna de Paris de 1871. Mesmo assim, Marx deixou uma contribuição notável em seu escrito sobre

a Comuna ao focar a questão da quebra dos aparelhos de Estado como a escola e as forças armadas, além da redefinição do papel da burocracia, da representação política e da justiça nessa fase de transição (MARX, 2011). A ditadura do proletariado em sua descrição na experiência da Comuna de Paris é a do *não-Estado* visto o grau de descentralização, de participação, e de controle pelas massas sobre os aparelhos estatais.

O problema teórico (e com efeitos políticos) em Marx encontra-se sim no *Prefácio de 1859*, no qual a ênfase dada às forças produtivas é estritamente demarcada nessa passagem: “Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões.” (MARX, 1982: 25)².

Essa passagem da obra de Marx possibilitou a uma interpretação de forte teor mecanicista e economicista de sua teoria. Não é casual que esse texto tenha se tornado a referência central na concepção stalinista, fortemente marcada pelo seu reducionismo. Como o próprio Stalin afirma: “as forças produtivas não são apenas o elemento mais móvel e mais revolucionário da produção. São também o elemento determinante do desenvolvimento da produção”. (STALIN, 1982: 146)

É significativo, como chama atenção Althusser, que esse texto não seja central tanto para Lênin como para Mao, em suas análises sobre os processos revolucionários nas formações sociais periféricas. Como também observa precisamente Althusser, esse texto não menciona as classes sociais, e tampouco a luta de classes como motor das revoluções sociais (ALTHUSSER, 1999: 231). Martorano, ao convergir com essa posição de Althusser, acrescenta que “a tese do primado das forças produtivas não

2 Marcio Bilharinho Naves (2008) destaca que Marx retificou essa posição após as análises de *O capital* e após a experiência da Comuna de 1871 vista por Marx em *A guerra civil na França*. A primeira retificação em relação ao primado das relações de produção é percebida em sua análise sobre a transição do feudalismo para o capitalismo n’*O capital*, pois abandona a idéia de que a supressão da propriedade privada por si constituiria o socialismo. A segunda em relação à ditadura do proletariado tem como ponto de partida a sua análise sobre *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* no qual destaca a destruição do Estado e estende de modo mais sistemático em *A guerra civil na França*.

nega o papel da luta de classes no processo de transformação social; contudo, a relega a um plano secundário, subordinado (...). A própria luta de classes também se torna uma função das forças produtivas, sendo por elas acionada para desobstaculizar o seu avanço” (MARTORANO, 2002: 29).

A contribuição de Althusser a essa problemática da transição, e a sua crítica às concepções reducionistas/economicistas, já estava presente desde os seus primeiros trabalhos (pelo menos os de relevância para o marxismo) a exemplo do artigo *Contradição e sobredeterminação* de 1962. Esse texto é importante porque rompe tanto com a concepção monocausal da determinação, como também a concepção monista da contradição, já que para o entendimento das crises políticas/ideológicas/econômicas é preciso entender esse conjunto a partir da pluralidade contraditória e sobredeterminada (i.e, a pluralidade de determinações) presente nos diversos modos de produção nas distintas formações sociais (ALTHUSSER, 1986). Significa dizer que a ruptura revolucionária acontece com a condensação da pluralidade contraditória, e durante o processo de transição as contradições permanecem, e daí a necessidade de rupturas permanentes nessa fase haja vista que as relações de produção não mudam com a tomada de poder. Somente uma leitura idealizada do socialismo, como bem ressalta Naves (2000: 96), não admite, ou negligencia, a luta de classes.

Outra contribuição de Althusser foi a de ressaltar as diferentes temporalidades das estruturas e das práticas concernentes a essas estruturas. Isso significa dizer que as mudanças ocorridas na ideologia, na economia e na política não são simultâneas, pois, numa estrutura, suas respectivas práticas podem avançar em diferentes temporalidades. As mudanças nas práticas econômicas podem ser mais rapidamente transformadas do que as práticas ideológicas ou políticas. Portanto, as contradições antagônicas presentes em determinadas estruturas e práticas não estariam resolvidas e, por outro lado, outras deixariam de ser antagônicas, já que as contradições possuem sua autonomia relativa e não são derivadas de uma essência única (cf. ALTHUSSER, 1980: 40). Como observa Escobar “as revoluções socialistas não liquidam com os aparelhos de uma maneira uniforme. Trata-se, com ela, de confrontos plurais em diferentes ritmos e em tempos diferentes com os aparelhos de Estado capitalista” (ESCOBAR, 1978: 127).

Balibar destaca que a análise althusseriana rompe com qualquer concepção linear e teleológica da história, pois a história não é predeterminada. Não se

trata de uma dialética “essencialista”, mas sim de uma dialética real da luta de classes. É, pois, a dialética dos diferentes aspectos da luta de classes, realmente distintos uns dos outros na sua unidade, como ensina a prática do movimento operário. O aspecto econômico (a luta de classes econômica) não é senão um destes aspectos, desigualmente desenvolvido, desigualmente decisivo segundo as conjunturas históricas, e nunca susceptível de produzir por si próprio, efeitos revolucionários. O que de modo algum impede mas exige, contrariamente, que em todos os períodos históricos, qualquer que seja o modo de produção dominante e a conjuntura, o conjunto da luta de classes permaneça determinado pelas suas condições materiais. Isso porque as próprias classes sociais, ou melhor, a luta de classes, na e pela qual somente existem classes, não têm realidade histórica senão como pressupostos e resultados do processo de produção material e de reprodução das condições materiais de produção. Segundo Balibar: “definir e estudar, por cada período histórico, a forma específica como cada aspecto realmente distinto da luta de classes (‘econômica’, ‘política’, ‘ideológica’) depende assim das suas condições materiais, é precisamente o objeto do materialismo histórico” (BALIBAR, 1975: 200).

Se a luta de classes e a(s) sua(s) contradição(ões) são o objeto central de análise do marxismo, isso possibilita o entendimento do primado das relações de produção sobre as forças produtivas. Daí o equívoco daqueles que são influenciados pelo pensamento liberal conservador de Mises e Hayek, ou mesmo das perspectivas desenvolvimentistas, identificarem a estatização dos meios de produção com o socialismo. A estatização por si não elimina a divisão social do trabalho, e, conseqüentemente, as relações de produção. Não é uma questão meramente jurídica de substituir as empresas privadas pelas empresas públicas. Conforme destaca Naves “essa revolucionarização das relações de produção depende inteiramente da luta de classe operária contra a dominação burguesa, ela se verifica fora do campo de intervenção do direito burguês, em um terreno que é, rigorosamente, não jurídico” (2005a: 59).

As relações sociais de produção possuem uma complexidade que extrapola o caráter jurídico de propriedade já que envolve para além dos aspectos econômicos, os aspectos políticos e ideológicos tanto no que condiz à reprodução do capitalismo como também à sua ruptura a partir da constituição da ditadura do proletariado (o não-Estado) que tem como escopo a criação de novas práticas que rompam com a modernidade burguesa³.

3 De acordo com Althusser “as relações de produção penetram nas forças pro-

Mao Tsé-Tung enfatizava o primado das relações de produção sobre as forças produtivas em sua crítica a Stalin pela ênfase que este deu aos condicionantes econômicos, e por ter negligenciado os aspectos superestruturais da política e da ideologia, e de seus efeitos reprodutivos (ou transformadores) no conjunto da sociedade. De acordo com Mao “quando as novas relações de produção ficaram bem estabelecidas, abriram o caminho ao desenvolvimento das forças produtivas. É evidente que a revolução das relações de produção se produziu quando o desenvolvimento das forças de produção tinha já atendido um determinado nível. Mas um grande desenvolvimento das forças produtivas vem sempre a seguir à transformação das relações de produção. (...) As relações de produção capitalista fizeram surgir necessidades de transformação técnica, criando assim as condições para a utilização das máquinas. (...) O grande desenvolvimento industrial capitalista só começou depois da transformação da superestrutura e das relações de produção, transformação cuja forma variou consoante os países” (MAO, 1975: 102)⁴.

Segundo Turchetto, a transição para o comunismo será caracterizada pela instauração de novas relações de produção de tipo comunista e, sucessivamente, por um processo de adequação de forças produtivas herdadas do capitalismo a estas novas relações de produção (cf. TURCHETTO, 2005: 24). Mas a constituição dessas novas relações de produção só pode ser materializada na transição por Estado de novo tipo (o não-Estado), ou seja, a ditadura do proletariado distintamente do Estado capitalista que emergiu na modernidade burguesa, e tem como efeito por meio da ideolo-

ditivas, já que a força de trabalho que põe em ação as forças produtivas faz parte, ela mesma, das ‘forças produtivas’, e que o processo de produção capitalista tende sempre à máxima exploração da força de trabalho. E como é esta tendência que domina todo o processo de produção capitalista, faz-se necessário dizer que os mecanismos técnicos de produção se encontram submetidos aos mecanismos (de classe) da exploração capitalista. O que chamamos de forças produtivas é, ao mesmo tempo, a base material (‘base técnica’, diz Marx) e a forma de existência histórica das relações de produção, isto é, das relações de exploração” (ALTHUSSER, 1981: 9).

4 Noutra passagem desse livro, Mao explicita sua discordância com Stalin: “O *Manual* não fala senão nas premissas materiais e só muito raramente aborda a superestrutura, isto é, o Estado de classe, a filosofia de classe e as ciências de classe. A ciência econômica tem por principal objetivo o estudo das relações de produção. Contudo, é difícil separar a economia política e a concepção materialista da história. É difícil explicar claramente os problemas relativos à base econômica e às relações de produção sem tomar em consideração os problemas respeitantes à superestrutura” (MAO, 1975: 85).

gia jurídica-política o reconhecimento da mudança pelo voto, e a crença da liberdade política e jurídica garantida pelos mecanismos formais do direito, como já destacava Poulantzas (1977) na sua primeira obra de relevância internacional *Poder político e classes sociais* de 1968.

Martorano aponta que além da escassez do emprego do conceito de ditadura do proletariado na obra de Marx, há mudanças em sua acepção ao longo da obra de Marx: se em *As lutas de classes na França* o sentido é negativo desse conceito já que ele é apresentado como simples oposição à ditadura burguesa, n' *A guerra civil na França* o conceito já traria uma positividade pois não se limitava a destruição do Estado burguês, visto que ele também incluía a criação de novas formas de participação política pelas massas (cf. MARTORANO, 2002: 74-75). Mas, o fato a ser destacado nesse conceito é a sua centralidade dada pelo próprio Marx como demonstra na carta a Weydemeyer em 1852: “no que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem a sua luta entre si. Muito antes de mim, historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta das classes, e economistas burgueses a anatomia econômica das mesmas. O que de novo eu fiz, foi: 1) demonstrar que a *existência das classes* está apenas ligada a *determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção*; 2) que a luta das classes conduz necessariamente à *ditadura do proletariado*; 3) que esta mesma ditadura só constitui a transição para a *superação de todas as classes* e para uma *sociedade sem classes*.” (MARX, 1982: 555).

É necessário frisar aqui que esse conceito original de Marx inexistia na sua obra de juventude, incluindo aquelas em parceria com Engels *A ideologia alemã* e *O manifesto comunista*. Com efeito, esse conceito vai ganhando forma e conteúdo ao longo de sua construção teórica, e ganha um “salto qualitativo” diante da experiência da Comuna de Paris de 1871, a primeira experiência real da ditadura do proletariado. É a formulação desse conceito na obra de Marx é uma clara demonstração de sua ruptura com o pensamento político moderno burguês cuja característica central encontra-se em premissas e princípios universais. Marx desconstrói esse argumento ao afirmar a impossibilidade do formalismo da política burguesa atingir todos os setores da sociedade. O seu efeito “imaginário” corresponde à sensação de que a igualdade formal possibilitaria mudanças a partir das regras do jogo político. Mas percebe-se, a partir da análise marxista, que a democracia formal burguesa encobre uma forma ditatorial ao excluir os

mais amplos segmentos da sociedade, sobretudo os setores subalternos - as classes dominadas - dos processos decisórios nas chamadas três esferas “públicas” (executivo, legislativo e judiciário), sem contar com os aparatos ideológicos como a mídia vinculada ao grande capital. O que Marx define como democracia é de fato uma renovação das práticas políticas com a formação de novos canais institucionais, a exemplo da Comuna e da experiência dos soviets.

Escobar tem razão ao afirmar que a “ditadura do proletariado é uma noção decisiva, ela talvez seja a alma de todo o marxismo de Marx, marxismo filosófico e político de Marx” (1993: 264). Contudo, a sua definição de ditadura do proletariado distingue-se do significado dado por Martorano a esse conceito. Se para Escobar “a ditadura do proletariado não é uma estratégia advinda da luta de classes, já no seio da revolução, ela é princípios e o comunismo mesmo a sua prática e sua essência” (idem, 268), para Martorano (inspirado em Balibar) “a ditadura do proletariado é mais propriamente uma estratégia revolucionária do proletariado e não uma nova estrutura estatal surgida de revolução” (2002: 74-75).

A questão da relação entre a macropolítica e a micropolítica também está presente em ambas as análises sobre a ditadura do proletariado. Para Escobar a micropolítica ocupa um espaço fundamental no processo de transição na redefinição das relações de produção (i.e., das relações de poder) pois “a revolução é uma imersão crítica radical na questão do Estado, mas Marx sabe que o poder é também micropoder (a luta de classes e o conjunto dos dispositivos-contradições) e é por isso que a revolução, com a ditadura do proletariado embutida, é também a subversão micropolítica desse poder”(idem, 274). Martorano, por seu turno, afirma que “a qualidade da participação está ainda relacionada com o grau em que ela se desenvolve: ela pode se dar tanto na esfera da micropolítica como na esfera da macropolítica. Sem negligenciar o significado da primeira esfera, trata-se de admitir a primazia da segunda quando o objeto em questão é a transformação de toda a estrutura social. Isso não quer dizer que a microesfera estaria desprovida da propriedade de exercer influência sobre a macro, mas os seus efeitos seriam menores que os produzidos pela segunda sobre a primeira. Não é por outra razão que o marxismo enfatiza o significado da análise sobre o Estado, e por consequência o da sua conquista como condição prévia indispensável para o começo da transição socialista” (2011: 142-143).

Se Escobar percebe uma possível paridade entre a macropolítica e a micropolítica, Martorano, por sua vez, estabelece uma determinação da primeira em relação à segunda. Pode-se refletir a partir dessas duas observações embora não antagônicas mas distintas em termos de ênfase, é que certamente a tomada do poder se realiza no plano macropolítico, ou seja, é o ponto de partida para a formação do processo de transição. Contudo, as transformações radicais para ocorrerem de fato não podem depreciar os aspectos micropolíticos presentes não somente no cotidiano (como, por exemplo, na relação entre os sexos), mas também nos aparatos estatais, i.e., internamente ao próprio Estado como observa precisamente Poulantzas (1978) já que o próprio Estado é polvilhado de relações de micropolíticas. Desse modo, as mudanças e rupturas no processo de transição dão-se nas duas esferas de modo permanente.

A diferença entre ambos os autores também está presente no que diz respeito se a ditadura do proletariado seria um Estado socialista ou não. Para Martorano, a ditadura do proletariado é o Estado socialista que precede o modo de produção comunista. É a fase de transição na qual as novas relações de produção são criadas (cf. MARTORANO, 2002, 78). Já para Escobar, em oposição à Balibar, o socialismo seria um dique de contenção para a mudança em direção ao comunismo. Como ele afirma “não achamos justo identificar a ditadura do proletariado com o socialismo. Ou o socialismo como toda esta transição ao comunismo via a ditadura do proletariado, como diz Balibar. Preferimos manter o espírito da crítica de Marx e Engels ao socialismo supondo-o, tal como ele é, reformista e burguês (ESCOBAR, 1993: 274).

Essas duas concepções sobre o conceito de ditadura do proletariado merecem algumas observações. Escobar tem razão quando afirma que inexistente em Marx essa identificação - pelo menos de modo claro - da ditadura do proletariado ser denominada de socialismo. No *Manifesto*, Marx e Engels teceram uma dura crítica aos diversos tipos de socialismo (inclusive o chamado socialismo alemão embebido de fontes idealistas e humanistas)⁵,

5 Marx e Engels expõem sua posição ao dito “socialismo humanista” nas seguintes passagens: “É sabido que os monges escreveram hagiografias católicas insípidas sobre os manuscritos em que estavam registradas as obras clássicas do velho tempo pagão. Os literatos alemães procederam inversamente com a literatura profana francesa. Escreveram os seus disparates filosóficos por baixo do original francês. P. ex., por baixo da crítica francesa às relações de dinheiro escreveram ‘alienação [*Entäußerung*] da es-

e nas análises que Marx faz da ditadura do proletariado em *A guerra civil na França* e na *Crítica ao programa de Gotha* em nenhum momento é evocado o conceito de socialismo como sinônimo de ditadura do proletariado. Como o próprio Marx destaca numa passagem da *Crítica ao programa de Gotha* “entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*” (MARX, 2012: 43. Grifado no original).

Contudo, Balibar⁶ - a quem Martorano recorre como principal fonte teórica - tem como a sua principal referência os textos de Lênin nos quais o dirigente e teórico russo associa a ditadura do proletariado à fase socialista de transição. Em diversas passagens da obra *O Estado e a revolução* Lênin evoca o conceito de socialismo a exemplo desse trecho “Mas a diferença entre o socialismo e o comunismo é clara. Àquilo a que se chama habitualmente de socialismo Marx chamou a ‘primeira’ fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade *comum*, pode aplicar-se a palavra ‘comunismo’, contanto que não se esqueça que é esse um comunismo incompleto. A grande importância das explicações de Marx consiste em que aplica conseqüentemente, também aqui, a dialética materialista e à teoria da evolução, considerando o comunismo como alguma coisa que nasce do capitalismo, por via de desenvolvimento. Em vez de definições ‘inventadas’, escolasticamente imaginadas, e de estéreis discussões sobre palavras (o que é o socialismo?, o que é o comunismo?), Marx analisa o que se poderia chamar de graus da maturidade econômica do comunismo” (LENIN, 1978: 288-289. Grifado no original).

sência humana’, por baixo da crítica francesa do Estado burguês escreveram ‘superação [Aufhebung] da dominação do abstratamente universal’, etc. (...) A literatura socialista e comunista francesa foi assim absolutamente emasculada. E como nas mãos do Alemão deixou de exprimir a luta de uma classe contra outra, o Alemão ficou consciente de ter triunfado da “unilateralidade francesa”, de ter defendido, em vez de necessidades verdadeiras, a necessidade da verdade, e em vez dos interesses do proletário, os interesses da essência humana, do homem em geral, do homem que não pertence a nenhuma classe, que nem sequer pertence à realidade, que pertence apenas ao céu nebuloso da fantasia filosófica” (MARX; ENGELS, 1982: 129).

6 “(...) a ditadura do proletariado não é a ‘passagem ao socialismo’: é o próprio socialismo com o período histórico de revoluções ininterrupto e de aprofundamento da luta de classes até o comunismo” (BALIBAR, 1977: 113).

E não é somente Lênin que identifica a ditadura do proletariado com a fase ou revolução socialista. Rosa Luxemburgo também opera do mesmo modo na sua brochura *A revolução russa*. Isso fica perceptível nos seguintes trechos desse texto: “os bolcheviques também estabeleceram imediatamente, como objetivo da tomada do poder, o mais avançado e completo programa revolucionário: não se tratava de garantir a democracia burguesa, e sim a ditadura do proletariado, tendo como fim a realização do socialismo. (...) Ele [o proletariado] tem o dever e a obrigação de tomar imediatamente medidas socialistas da maneira mais enérgica, mais inexorável, mais dura, por conseguinte, exercer a ditadura, mas a ditadura de *classe*, não a de um partido ou de uma *clique*; ditadura de classe, isso significa que ela se exerce no mais amplo espaço público, com a participação sem entraves, a mais ativa possível, das massas populares, numa democracia sem limites” (LUXEMBURGO, 2011: 185; 209).

Assim sendo, o uso do conceito de socialismo como sinônimo da ditadura do proletariado não seria contraditório, nem equivocado como aponta Escobar, já que uma forte tradição do marxismo fundamentada na ruptura política, ideológica e econômica o emprega. Mas, deve-se ressaltar que a sua diferença com o emprego social-democrata no qual dilui o caráter explosivo e de ruptura do socialismo, associando-o à democracia liberal e como “via pacífica” de mudanças, situa-se naquilo que Althusser (1986) diferencia entre aquilo que está contido no marxismo, i.e, como um conceito constituído pela ciência da história (materialismo histórico), e da sua articulação com os partidos e movimentos representativos das classes e grupos dominados, cuja concepção e escopo sejam a ruptura e o fim do modo de produção capitalista, das noções ideológicas que diluem as contradições de classe e de dominação, e de reprodução das relações de poder; essa noção de socialismo – de caráter reformista – constitui no imaginário uma “visão” de socialismo que represente os “interesses” dos trabalhadores, mas apenas atenua as relações de exploração.

O correto seria entender que o chamado Estado socialista é um “não-Estado” porque se diferencia em forma e conteúdo do Estado capitalista. No processo de transição revolucionária é fundamental para que haja descontinuidade entre a fase de transição para o comunismo do capitalismo é a revolucionarização dos diferentes aparelhos econômicos, ideológicos e políticos, pois como enfatiza Bettelheim (e convergindo com Balibar no emprego do conceito de Estado socialista) é “graças a ela que se pode

proceder à eliminação das relações sociais capitalistas, que eles continuam a reproduzir [os aparelhos], e à sua substituição por relações sociais capitalistas. (...) Isto provoca uma transformação radical da estrutura e do papel do aparelho de Estado, bem como da sua relação com as massas. É precisamente esta transformação radical que faz que um Estado socialista já não seja verdadeiramente um Estado, embora comporte ainda relações que permitem à burguesia retomar o poder” (BETTELHEIM; SWEEZY, 1978, 64-65).

A transformação das práticas constituídas nos distintos aparatos estatais é o ponto nodal para o fim da divisão social do trabalho e da reprodução das práticas capitalistas. No entanto, como veremos na seção a seguir, os estudos de Bettelheim sobre os processos de transição socialistas ocorridos na União Soviética e na China que não foram bem sucedidos e acabaram fracassando na medida em que as relações de produção capitalista não desapareceram e se mantiveram predominantes.

Os recuos das experiências socialistas

Desde a emergência da Revolução Russa, o pensamento marxista tem se debruçado nas diferentes experiências socialistas, e em grande parte dessas análises sobre as transições socialistas tem sido marcada por uma posição crítica a essas experiências. É o caso de Rosa Luxemburgo desde os primórdios da Revolução Russa ainda na fase dos soviets, e de Trotsky acerca do período stalinista.

A obra de Charles Bettelheim sem dúvida é uma das principais contribuições a esse tema, pois não somente fez uma das pesquisas mais exaustivas sobre a transição soviética, como também abordou a experiência chinesa⁷. Ao recorrer tanto a teoria althusseriana sobre os modos de produção nas formações sociais, e da contradição sobredeterminante, e a concepção política maoísta sobre a pluralidade contraditória (especialmente no partido político revolucionário) além da permanência da luta de classes na fase seguinte a tomada do poder, sua abordagem tornou-se ímpar, pois a sua análise crítica não se restringiu apenas a uma concepção acusatória aos processos de transição, seja para criticar a “burocratização” desses pro-

7 É importante registrar que Bettelheim participou diretamente dos processos de transição argelina e cubana atuando como consultor de questões econômicas.

cessos, seja para acusar essas experiências de “totalitárias”. Ao contrário, a importância de sua investigação sobre essas experiências foi perceber que as relações sociais de produção capitalistas se mantiveram, o que significa afirmar que as práticas políticas, ideológicas e econômicas não atuaram no sentido da mudança, mas sim o da reprodução das antigas relações de poder. Como observa Bettelheim “a experiência soviética confirma que o mais difícil não é derrubar as antigas classes dominantes: o mais difícil é, de início, destruir as antigas relações sociais – sobre as quais pode-se reconstituir um sistema de exploração semelhante ao que se acreditava definitivamente destruído -, e em seguida impedir que essas relações se reconstituam a partir dos elementos antigos ainda presentes por muito tempo nas novas relações sociais” (BETTELHEIM, 1979: 26).

A reconstituição do exército, e o aburguesamento e burocratização do partido comunista (com o esvaziamento dos soviets no caso soviético) são alguns dos elementos determinantes e estratégicos para que se mantivessem as relações sociais de exploração.

O retorno das relações hierárquicas no exército durante a fase do “comunismo de guerra” foi um dos aspectos determinantes para Bettelheim em relação a ausência de controle dos aparelhos repressivos do Estado pelas massas, um dos traços mais marcantes da Comuna de 1871. O controle dos soldados sobre os oficiais desaparece de fato, tanto que o recrutamento baseia-se na conscrição e esta conduz à incorporação maciça de camponeses ainda pouco influenciados pelo partido bolchevique. Nessas condições, atribuem-se as tarefas de controle político a comissários políticos nomeados pelo poder soviético. Enquanto estes são escolhidos levando-se em conta as provas de seu devotamento à ditadura do proletariado, os oficiais são nomeados antes de tudo em função de competência técnica (cf. BETTELHEIM, 1979: 250).

Sobre as mudanças no partido bolchevique, Bettelheim aponta que o VIII Congresso foi o marco dessa virada, pois cada vez mais o partido torna-se um corpo estruturado, submetido a uma disciplina de tipo diferente daquela que conhecera anteriormente, disciplina na qual intervém um certo centralismo administrativo que ainda está em estado germinal. Entretanto, essas mudanças vão cada vez mais se acentuando com a aproximação do X Congresso em 1921. Para Bettelheim, “a transformação das relações entre a cúpula administrativa do partido e sua base mo-

difica também as relações da direção política – Comitê Central e Bureau Político – com o partido em seu conjunto. O aparelho administrativo – sobretudo seu núcleo central – torna-se um segundo centro de direção do partido: um centro formalmente ‘administrativo’ (...) que pode exercer influência sobre a direção política do partido, e mesmo orientar suas decisões e a maneira como estas são aplicadas” (BETTELHEIM, 1979: 274).

Bettelheim percebe que ao contrário do princípio basilar da destruição do Estado no processo de transição, o que aconteceu na União Soviética foi exatamente o inverso: desenvolveu-se e se fortaleceu. Desse modo, ocorreu uma autonomização dos aparelhos estatais na qual veio a predominar as relações sociais burguesas e o desenvolvimento, sobre essa base, de práticas sociais burguesas. Conforme destaca Bettelheim, “a condição fundamental de uma luta efetiva contra esse processo é a predominância de práticas revolucionárias proletárias no campo das relações a serem transformadas. São essas práticas, e somente elas, que permitem a transformação revolucionária das relações sociais, a dominação dos elementos socialistas dessas relações” (BETTELHEIM, 1979: 300).

Para Bettelheim, após a morte de Lenin, o partido bolchevique não trava - na prática- essa luta: a passividade do partido relaciona-se estreitamente com a penetração em massa, nos aparelhos do partido e do Estado, de administradores, engenheiros, técnicos e intelectuais burgueses. Tal penetração alimenta, de fato, tendências ideológicas e políticas burguesas, bem como práticas economicistas ligadas a certa concepção do papel dos técnicos, a certa concepção da NEP e do papel desempenhado pelo Estado na implementação desta (cf. BETTELHEIM, 1979: 386). O fato é que para Bettelheim mesmo sob a ditadura do proletariado a nacionalização e estatização dos meios de produção podem abalar apenas parcialmente as relações econômicas capitalistas, mas não as eliminam, assim como não fazem desaparecer a burguesia⁸.

8 “É assim que gradativamente, os comitês de fábrica vão sendo esvaziados até se chegar à sua supressão, enquanto os soviets vão sendo esvaziados até se chegar à sua supressão, enquanto os soviets vão rapidamente perdendo todo o poder real. Particularmente grave revela-se a introdução do sistema do diretor único de empresa, que reforça a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e a divisão entre as tarefas de execução no interior da fábrica” (NAVES, 2005: 60).

E isso vai cada vez mais se agravando com a emergência do stalinismo. Evidentemente que a ideologia “stalinista” não é obra de Stalin, mas sim porque ela surge e domina no decorrer do período em que Stalin está à frente do partido e porque ela se exprime de modo condensado em seus escritos e declarações. Essa ideologia “nasce sobre a base das relações econômicas e políticas do fim dos anos 20 e do começo dos anos 30. Ela se transforma até os anos 50, quando reveste sua forma mais sistemática” (BETTELHEIM; CHAVANCE, 2005: 76).

Essa forma mais sistemática dessa ideologia apresenta-se como um socialismo de Estado. Com a formação de uma burguesia estatal e de um capitalismo de Estado, em que as massas camponesas e proletárias foram expropriadas e submetidas de modo crescente, no decorrer dos anos 1930, ao despotismo de fábrica e à repressão policial. Assim, “instala-se uma forma específica de capitalismo no qual a acumulação prossegue graças à centralização estatal da mais-valia e dos produtos do sobretrabalho, através de aparelhos de Estado constituídos principalmente pelo orçamento e pelo sistema bancário estatal. (...) Por causa dessa concentração, a fração hegemônica da burguesia de Estado é constituída por aqueles que se encontram no cume dos aparelhos do partido e do Estado, e que controlam a utilização dos meios de produção e da mais-valia” (BETTELHEIM; CHAVANCE, 2005: 80-81).

Esse afastamento cada vez maior entre o partido revolucionário das massas acabou por levar uma política de defesa da unidade e monolitismo, em detrimento da contradição e das lutas internas no partido. A defesa da unidade interna do partido, e a sua impermeabilidade em relação às contradições, sem dúvida é uma das principais características da ideologia stalinista. O partido político tornou-se cada vez mais um aparelho de Estado, ou mais precisamente, funde-se com o Estado, ao invés de ser um veículo articulado com as massas e com uma autonomia, mesmo que relativa, dos aparelhos de Estado. Ao defender o primado da unidade sobre a contradição, isso conduz a uma inversão da “dialética” à qual se continua ainda a fazer referência formalmente.

Segundo Bettelheim e Chavance “essa inversão ela mesma é sobre-determinada pela transformação radical do papel da ideologia do partido. Ela deixa de ser uma ideologia revolucionária para tornar-se uma ideologia conservadora e apologética que privilegia a identidade e não a contradi-

ção, e ressalta mais a repetição do que a mudança (2005: 94). Essa tese do primado da unidade sobre a contradição é, ao ver de Bettelheim, tem caráter “direitista-esquerdista”. Segundo a conjuntura da luta de classes, ela funciona quer como tese “conciliatória”, que dá um “fundamento” à renúncia à luta, notadamente no partido, quer como tese que fornece um “fundamento” ao sectarismo, à “luta sem piedade”. O primeiro tipo de efeito é direitista, o segundo é na aparência “de esquerda” pelo “rigor” de suas conseqüências: implica a negação da diversidade das contradições e de sua universalidade (cf. BETTELHEIM, 1983: 495)

Esse dogmatismo ultrapassou as fronteiras da formação social soviética já que se fez presente na III Internacional, e constituiu a forma ideológica que definiu a linha política dos partidos comunistas (com algumas exceções a exemplo do chinês e do italiano).

Mao Tsé-Tung, com efeito, tomou uma posição distinta e antidogmática diante essa posição stalinista em relação ao partido. Como ele mesmo diz no texto *A concepção dialética da unidade no seio do partido*: “todas as coisas e a sociedade de classes em particular, estão cheias de contradições. (...) A questão não é a de haver contradições. Não há nenhum lugar onde não haja contradições e não há ninguém que não possa ser analisado” (MAO, 2012: 619). Por isso a máxima de “deixar brotar 100 flores, deixar competir 100 escolas de pensamento” lançada por ele. Na fase socialista, a luta de classes ainda se faz presente e por isso se o marxismo se desenvolveu pela luta é necessário que deva continuar a desenvolver-se na luta. De acordo com Mao no texto *Da justa solução das contradições no seio do povo*: “o marxismo só se pode desenvolver pela luta, e por isso não é verdade apenas para o passado e para o presente: é verdade necessária para o futuro também” (MAO, 2012: 489).

Contudo, apesar dessa concepção antidogmática e da tentativa de radicalizar o processo revolucionário chinês a partir da Revolução Cultural iniciada em 1966⁹, certamente a última tentativa de demarcar e romper com o capitalismo e avançar numa direção ao comunismo ao estabelecer novas formas de participação e de mobilização política pelas massas, o Partido Comunista Chinês no final dos anos 1970 abandonou essa perspectiva e deu uma reviravolta em seu projeto dando uma guinada para

9 Sobre a complexa problemática de Revolução Cultural Chinesa, na qual perdurou efetivamente apenas entre os anos 1966/68 veja os livros de Naves (2005b) e Badiou (2009).

a direita ao implementar um plano de desenvolvimento ao capitalismo denominado de “socialismo de mercado”. Essa noção de “socialismo de mercado” não era novidade já que também estava presente durante a crise da Tchecoslováquia em 1968. Ela ganha notoriedade no informe político apresentado por Jiang Zemin no XIV Congresso do Partido Comunista Chinês no início dos anos 1990. Por sinal, esse texto demarca uma profunda divergência com a tese de Mao sobre o primado das relações de produção. Como demarca claramente Jiang Zemin “a essência do socialismo consiste em emancipar as forças produtivas, desenvolvê-las, liquidar com a exploração, eliminar a polarização e alcançar, finalmente a prosperidade comum. Sublinhamos que, na etapa atual, a contradição principal da sociedade chinesa é a existente entre as crescentes necessidades materiais e culturais do povo e o atraso da produção social, razão por que é necessário atribuir importância primordial ao desenvolvimento das forças produtivas e impulsionar o progresso social em todos os níveis, centrando-se na construção econômica” (ZEMIN, 1993: 154).

Mas essa concepção da ênfase das forças produtivas e do mercado já vinham em pleno desenvolvimento desde a morte de Mao Tsé-Tung e da prisão da chamada “gangue dos quatro” em 1976, e com a implementação das reformas estabelecidas por Deng Xiaoping em 1977. Já a partir desse contexto a concepção de “socialismo de mercado” começa a ganhar contornos. Paul Sweezy já fazia uma crítica a essa noção contraditória desde os anos 1960 (no contexto da crise da Tchecoslováquia). A contradição desse termo é que o mercado é a instituição central da sociedade capitalista e o socialismo é uma sociedade que substitui o automatismo cego por um controle consciente. Todavia, isto não quer dizer que o termo seja inadequado. De acordo com Sweezy, o fenômeno que designa constitui ele próprio uma contradição. E é precisamente esta contradição interna que impele as sociedades socialistas de mercado para o capitalismo (cf. BETTELHEIM; SWEEZY, 1978: 32).

Bettelheim complementa e avança em relação a essa observação de Sweezy sobre a noção de “socialismo de mercado”. Para ele “o que é decisivo – do ponto de vista do socialismo – não é o modo de ‘regulação’ da economia mas sim a natureza da *classe no poder*. Por outras palavras, mais uma vez a questão fundamental não está em o ‘mercado’ ou o ‘plano’ – e, portanto, também o ‘Estado’ – dominarem a economia, mas na *natureza da classe que detém o poder*. Se se coloca em primeiro plano o papel de dire-

ção do Estado sobre a economia, relega-se para segundo plano o papel da natureza de classe do poder, isto é, deixa-se de lado o *essencial*” (BETTELHEIM; SWEEZY, 1978: 64. Grifado no original).

Bettelheim observa que desde 1977 o processo de transição na China começa a tomar outros rumos, embora de fato a radicalização do processo já tinha volatizado desde 1968. Primeiramente ele destaca o esvaziamento político das massas e a sobreposição cada vez maior do partido na condução da transição, e o comitê central tornando-se a autoridade exclusiva. Em seguida, ele destaca que a Revolução Cultural tornou-se um alvo de contundentes críticas. A ideologia que se constituiu na crítica à Revolução Cultural foi a ideologia do lucro, a qual apelava para o “trabalho duro”, a disciplina e a obedecer às “ordens e regulamentos”, o que reduzia consideravelmente a intervenção política dos operários. Ao invés da centralidade da luta de classes, o interesse individual tornou-se o motor da luta da produção (cf. BETTELHEIM, 1981: 25).

Outra revisão da Revolução Cultural, implementada pela direita do Partido Comunista Chinês, foi a deturpação em relação ao significado da empresa. Se na Revolução Cultural a empresa era um lugar onde se desenvolvia a luta de classes e que a própria produção se desenvolvia no seio de relações e de contradições de classes determinadas, a direita do partido afirmava que uma empresa é antes de tudo “um lugar de produção”. Bettelheim também destaca nessa sua crítica as mudanças operadas na China o fato de começarem a preconizar a substituição da luta de classes tal como ela se desenvolveu durante a Revolução Cultural (luta que dizia respeito às diferentes formas de divisão do trabalho) por uma “luta de idéias”. A luta entre a “ideologia modernista” e os vestígios das idéias “antigas”. Este abandono da luta de classes implica a transformação do marxismo no seu contrário. Permite à burguesia de Estado censurar tudo aquilo que os trabalhadores possam exigir, afirmando que se trata de pedidos “incompatíveis com o desenvolvimento das forças produtivas” e que se explicam pelo fato desses trabalhadores estarem ainda submetidos à influência das idéias “burguesas e pequeno-burguesas”.

Conforme Bettelheim destaca em sua análise: “tudo isto leva a substituir a luta entre o proletariado e a burguesia pela luta pela produção e a preconizar que a luta pela produção seja dirigida pelos especialistas e pelos técnicos. Seguindo nesta via, só se pode reforçar a

divisão capitalista do trabalho e as relações de produção capitalistas que ainda não foram destruídas” (BETTELHEIM, 1981: 46). Não é fortuito que nesse contexto na China houve o advento das chamadas “técnicas de gestão” - negando o caráter de classe das técnicas - para o aprimoramento e desenvolvimento das forças produtivas. Para Bettelheim, “claro que a questão do desenvolvimento das forças produtivas é importante, mas declarar que é mais importante é fazê-la passar à frente das relações de classe, adotar pois uma posição produtivista” (idem: 54).

A emergência da chamada “reforma chinesa” no final da década de setenta encerrou a via revolucionária que vinha se constituindo desde 1949. O fato, como observa Bettelheim, é que muitos elementos conservadores (burgueses) se mantiveram durante o processo de transição revolucionária a exemplo da manutenção das relações hierárquicas nos aparelhos de Estado e no partido político; a separação das organizações de base do partido que não tinham comunicação entre si e só possuíam ligação com os órgãos superiores, o que impossibilitava as massas populares de nomear e revogar os funcionários que estavam atrelados aos aparelhos de Estado e do partido.

De fato, a dialética destruidora defendida pelo maoísmo não conseguiu estabelecer uma descontinuidade e ruptura já que vinham prevalecendo as relações sociais de produção capitalista, ou seja, as relações de poder de classes e de desigualdade. E para finalizar, o próprio Bettelheim afirma em sua crítica aos descaminhos da transição chinesa “o sistema não pode ser realmente destruído, a não ser que seja substituído por outra forma de unidade. Não se destrói verdadeiramente senão aquilo que se substitui. Mas essa outra forma de unidade só pode ser descoberta pelo próprio movimento social. Não pode ser inventada pela ‘teoria’. A experimentação social combinada com a crítica teórica é indispensável. As limitações impostas neste domínio à experimentação social das massas fecharam a via à descoberta das formas de unidade que poderiam assegurar o papel dominante das organizações de massas, não excluindo de modo nenhum que um partido renovado e transformado tem um papel ideológico dirigente” (BETTELHEIM, 1981: 89).

Conclusão

Vimos neste artigo a contribuição que o marxismo althusseriano - e em associação a algumas correntes maoístas - deu à problemática da transição socialista. Sua contribuição é notável pela sua ênfase ao papel do primado das relações sociais de produção em contraposição às leituras marxistas de corte economicistas nas quais privilegiaram as forças produtivas. Ao enfatizar as relações de produção, o marxismo althusseriano demarcou claramente como ponto central na sua análise a luta de classes e as suas contradições dentro e fora dos aparatos estatais. Isso possibilitou teoricamente (e politicamente) definir a União Soviética e a China como formações sociais em transição nas quais as relações sociais de produção capitalistas ainda se faziam presentes nas práticas ideológicas, políticas e econômicas, e nesse processo de luta as práticas capitalistas se sobrepuseram em relação àquelas que visavam a ruptura e a transformação. Portanto, não houve a formação de um “Estado operário” degenerado, tampouco de uma burocracia detentora de um poder absoluto, mas sim a formação de uma burguesia e de um capitalismo de Estado. Desse modo, a contribuição do marxismo althusseriano aos processos de transição continua válida para este novo século, haja vista que com a atual crise do capitalismo neoliberal e a emergência de alternativas políticas ao capitalismo, faz-se necessário repensar a partir dos desvios constituídos nas formações sociais do século passado não venham a se reproduzir para que criem alternativas reais para o capitalismo em crise.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Pour Marx*. Paris: Editions La Découverte, 1986.

_____. *Sobre a reprodução*: Petrópolis: Vozes, 1999.

_____(et alli.) *Ler o Capital*, 2 Vols. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

_____. “Introdução” in HARNECKER, Marta *Os conceitos elementares do materialismo histórico*: São Paulo: Global, 1981.

BADIOU, Alain. *L' hypothèse communiste*. Paris: Ligne, 2009.

BALIBAR, Étienne. *Cinco estudos sobre o materialismo histórico*, 2 vols. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1975.

_____. *Sobre o conceito de ditadura do proletariado*. Lisboa: Moraes, 1976.

BETTELHEIM, Charles. *As lutas de classes na União Soviética* vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. *As lutas de classes na União Soviética* vol.2. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

_____. *A China depois de Mao*. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____; CHAVANCE, Bernard. “O stalinismo como ideologia do capitalismo de Estado” in NAVES, Márcio Bilharinho *Análise marxista de transição*. Campinas: UNICAMP, 2005.

_____; SWEEZY, Paul. *A transição para o socialismo*. Lisboa: Edições 70, 1978.

ESCOBAR, Carlos Henrique. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. *Marx trágico: o marxismo de Marx*. Rio de Janeiro: Taurus, 1993.

LENIN, Vladimir Ilitch. “O Estado e a revolução” in *Obras escolhidas, vol. 2*. Lisboa: Avante, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. “A Revolução Russa” in LOUREIRO, Isabel *Rosa Luxemburgo, textos escolhidos, vol. 2*. São Paulo: UNESP, 2011.

MAO TSÉ-TUNG. “Da justa solução das contradições no seio do povo” in *Obras escolhidas, volume 5*. São Paulo, Alfa - Omega, 2012.

_____. “A concepção dialética da unidade no seio do partido” in *Obras escolhidas, volume 5*. São Paulo, Alfa - Omega, 2012.

_____. *A construção do socialismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1975.

MARTORANO, Luciano Cavini. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

_____. *Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. “Carta a Weydemeyer” in MARX, Karl; ENGELS, Friedrich *Obras escolhidas, vol I*. Lisboa: Avante, 1982.

_____. “Prefácio à contribuição crítica da economia política” in MARX,

- Karl; ENGELS, Friedrich *Obras escolhidas*, vol I. Lisboa: Avante, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich “Manifesto do partido comunista” in MARX, Karl; ENGELS, Friedrich *Obras escolhidas*, vol I. Lisboa: Avante, 1982
- NAVES, Márcio Bilharinho. “Stalinismo e capitalismo” in NAVES, Márcio Bilharinho, *Análise marxista de transição*. Campinas: UNICAMP, 2005a.
- _____. *Mao, o processo da revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2005b.
- _____. *Marx, ciência e revolução*. São Paulo: Quatier Latin, 2008.
- _____. “A transição socialista e a democracia” in *Outubrov*. 2, n.4, p. 55-68. São Paulo: IES, 2000.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.
- _____. *L'Etat, le pouvoir et le socialisme*. Paris: Press Universitaires de France, 1978.
- STALIN, Josef. “O materialismo dialético e o materialismo histórico” in NETTO, José Paulo (org.) *Stalin*. São Paulo: Ática, 1982.
- TURCHETTO, Maria. “As características específicas da transição ao comunismo” in NAVES, Márcio Bilharinho *Análise marxista de transição*. Campinas: UNICAMP, 2005.
- ZEMIN, Jiang. “A ‘economia de mercado’ da China” in *Política Externa*, vol.1, n°4, p. 146-181. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

* Luiz Eduardo Motta é Professor adjunto de ciência política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
<luizpmotta63@gmail.com>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Luis Eduardo Acosta Acosta (ESS-UFRJ)

Rogério Lustosa Bastos (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
praiavermelha.ess.ufrj.br

Foto de Capa: Manfred Brückels